

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025

PROCESSO SEI Nº 3900009130.000034/2025-40

PREÂMBULO:

O Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Administração, através do Pregoeiro Hugo Souza de Medeiros, designado(a) por meio da Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao **Ofício nº 2610/2025-SEGI/SDS** (Doc SEI nº 76684499), e com a respectiva autorização do Secretário Executivo de Gestão Integrada/SDS (Doc SEI nº **76335126**), estabelece as condições para a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de terminais de radiocomunicação digital, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), para atender às demandas do Centro Integrado de Operação de Defesa Social - CIODS da Secretaria de Defesa Social.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O(s) itens 02, 04, 06, 08 e 10 são de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 16.052.018,24** (Dezesseis milhões, cinquenta e dois mil, dezoito reais e vinte e quatro centavos), distribuído em itens, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: **4.4.90**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Pessoa física;

3.4.11. Agricultor familiar / produtor rural.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, no presente Edital.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo pregoeiro.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 - A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**, conforme Termo de Referência.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem

naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo pregoeiro.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do pregoeiro.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do pregoeiro.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta Catálogo, folder ou equivalente (documento com foto), contendo as especificações completas do produto, que comprovem as características, especificações e capacidades operacionais do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o pregoeiro retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º, da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e que comprovem a habilitação técnica e econômico- financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

13.12. Classificada a proposta, o pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Ato de autorização para o exercício da atividade de radiocomunicação, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 131 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações).

14.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item

pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de materias de radiocomunicação digital.

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.1.8. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de destinada à instalação/desinstalação, configuração e manutenção dos equipamentos, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no TR.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item

14.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

14.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte,

Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para cota reservada e para cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema.

15.3. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.3.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.4. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

20.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

20.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

20.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

20.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação

de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

20.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

20.4.1 Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);

b) Anexo II – Declarações complementares;

- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos);
- e) Anexo V - Modelo de Folha de rosto.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 17 de dezembro de 2025.

HUGO SOUZA DE MEDEIROS – Agente de contratação/Pregoeiro 39

**PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 3900009130.000034/2025-40

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de terminais de radiocomunicação digital, visando atender as necessidades do Centro Integrado de Operação de Defesa Social - CIODS, nos termos da legislação vigente e conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadro(s) constante(s) no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá à descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (itens 2 e 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que as especificações técnicas são claras, padronizadas e de fácil compreensão, não exigindo análise aprofundada ou tratamentos diferenciados.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que considerando as características do objeto a ser licitado, verifica-se a necessidade de que o futuro contratado possua estrutura organizacional, capacidade técnica e responsabilidade jurídica e fiscal compatíveis com a adequada execução do contrato.

2.7.2. A participação de pessoas físicas encontra-se vedada em razão de:

2.7.2.1. Exigência de emissão de documentos fiscais e recolhimento de tributos, obrigações que somente podem ser atendidas por pessoa jurídica regularmente constituída;

2.7.2.2. Cumprimento de encargos trabalhistas e previdenciários, inerentes à atividade contratada, cuja responsabilidade recai sobre a pessoa jurídica;

2.7.2.3. Garantia de continuidade da prestação dos serviços e da segurança jurídica da contratação, que não se asseguram plenamente em contratações realizadas com pessoa física.

2.7.2.4. Ademais, o art. 41 da Lei nº 14.133/2021 restringe a participação de pessoas físicas a situações específicas (como contratação de artistas, palestrantes e profissionais de notória especialização), não sendo o caso do presente objeto.

2.7.2.5. Dessa forma, justifica-se a vedação de participação de pessoa física no certame, em atendimento ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, aliado à necessidade de assegurar a execução regular e segura do contrato.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar e /ou produtor rural na presente licitação, uma vez que a participação de agricultores familiares ou produtores rurais, ainda que formalmente inscritos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ou possuidores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), encontra-se vedada no presente certame, em razão da natureza do objeto a ser contratado.

2.8.2. O objeto licitado demanda capacidade técnica, operacional, fiscal e jurídica que extrapola a atividade típica do agricultor familiar/produtor rural, exigindo:

2.8.2.1. Estrutura organizacional e logística compatível com a execução contratual;

2.8.2.2. Emissão regular de notas fiscais eletrônicas e recolhimento de tributos;

2.8.2.3. Cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e acessórias;

2.8.2.4. Garantia de continuidade da prestação e suporte administrativo.

2.8.3. Ressalta-se que a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, art. 41) admite a participação de pessoas físicas ou produtores rurais em hipóteses específicas, como fornecimento direto de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009). Contudo, tal hipótese não se aplica ao presente objeto, que exige a contratação de pessoa jurídica devidamente constituída.

2.8.4. Dessa forma, a vedação de participação de agricultores familiares/produtores rurais justifica-se pela incompatibilidade entre a natureza do objeto e a capacidade jurídica e operacional desse público, garantindo-se, assim, maior segurança jurídica, regularidade fiscal e eficiência na execução contratual.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além das descrições apresentadas na tabela do quadro resumo deste Termo de Referência (anexo D), é prevista a manutenção dos equipamentos, e para a aquisição do objeto devem-se observar as seguintes características:

3.1.1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA TRANSCETORES DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL.

A fim de assegurar a plena observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como garantir a correta utilização dos bens e sistemas objeto da contratação, mostra-se imprescindível a realização de treinamento operacional destinado a todo o efetivo que atuará na sua utilização.

O referido treinamento será ministrado por instrutores devidamente habilitados da Secretaria de Defesa Social (SDS), contando com o apoio técnico obrigatório da empresa contratada, em conformidade com as disposições constantes no Termo de Referência e nas cláusulas de assistência técnica previstas no instrumento contratual. Tal providência encontra respaldo nos arts. 6º, inciso IX, e 8º da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem a necessidade de definição de condições para a adequada execução do objeto, bem como a responsabilidade da contratada em fornecer suporte técnico e orientações necessárias ao pleno desempenho das atividades.

A duração do treinamento será de, no mínimo, 2 (duas) horas, período definido com base em critérios técnicos, considerando:

(i) a complexidade operacional dos equipamentos/sistemas;

- (ii) a necessidade de padronização dos procedimentos internos;
- (iii) a obrigatoriedade de capacitação prévia como requisito para a adequada execução contratual, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a adotar medidas preventivas de gestão de riscos.

A condução do treinamento por instrutores da SDS assegura alinhamento às rotinas institucionais, às normas internas e às diretrizes operacionais da Pasta, garantindo a uniformidade das práticas. O apoio da contratada, por sua vez, é essencial para assegurar precisão técnica quanto aos aspectos específicos do objeto, evitando falhas operacionais, prejuízos ao erário e eventuais responsabilidades decorrentes de uso inadequado, em atenção ao princípio da segurança jurídica.

A realização do treinamento, nos moldes propostos, constitui medida indispensável ao correto cumprimento do objeto contratual, à mitigação de riscos operacionais e à proteção do interesse público, devendo, portanto, integrar as condições obrigatórias da execução.

- a) Todos os transceptores de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa UHF (380–400 MHz), de tecnologia digital, com recursos de criptografia na interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto), e capazes de operar apenas em modo semiduplex e/ou full-duplex;
- b) Para todos os itens, o painel frontal do equipamento deve possuir todos os controles necessários à utilização do equipamento, como ajuste de volume, selecionador de canais e grupos e outros; visor alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem); apresentar identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado, e outras informações.
- c) Para todos os itens, o terminal deve possuir todos os controles necessários à sua utilização, como ajuste de volume, selecionador de canais e grupos e outros, e visor LCD/TFT ou melhor, de no mínimo 128 x 64 pixels, ou superior.
- d) Todos os transceptores deverão possuir menu de opções no display no idioma português brasileiro.
- e) Todos os transceptores deverão possuir display com resolução mínima de 128 x 64 pixels em cores.
- f) Todos os transceptores deverão ter botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade, de fácil localização e acionamento.
- g) Todos os itens deverão ter botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, sem necessidade de acionar comando no menu, sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.

- h)** Todos os transceptores deverão ter capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.
- i)** Todos os itens devem possuir teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos # e * e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.
- j)** Todos os itens devem possuir capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais, em grupo ou um-para-todos (broadcast), todas criptografadas na interface aérea, padrão aberto, mas permitir a implementação futura de sistema de troca de chaves pagas.
- k)** Todos os itens deverão possuir capacidade para configuração e operação de, no mínimo, 1000 (mil) grupos de conversação.
- l)** Os Itens 1, 2, 5, 6, 7 e 8 devem possuir capacidade para conexão, através de cabo, a equipamento periférico de dados tipo computador portátil (notebook) ou de mesa (desktop), através de conector padrão USB ou RS. Poderá o terminal de rádio possuir conector padrão USB ou RS-232 diretamente para conexão ou utilizar adaptador do conector do terminal para padrão USB ou RS-232, desde que possibilite a troca de informações entre o terminal e o equipamento periférico com rendimento semelhante à conexão direta.
- m)** Os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 devem possuir capacidade para conexão a equipamento periférico de dados tipo computador portátil (notebook) ou de mesa (desktop). A conexão por cabo deverá ser através de conector padrão USB ou utilizar adaptador do conector do terminal para padrão USB, desde que possibilite a troca de informações entre o terminal e o equipamento periférico com rendimento semelhante à conexão direta.
- n)** Os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 devem possuir potência de saída de áudio mínima de 1 (um) watt (RMS).
- o)** Os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 devem possuir potência de saída de áudio mínima de 5 (cinco) watts (RMS).
- p)** Os Itens 1, 2, 5, 6, 7 e 8 devem possuir conector de RF padrão para uso de antena externa ao terminal com perda máxima de 1 dB por unidade.
- q)** O Item 02 e o Item 07 devem possuir como acessório o kit de instalação veicular (conjunto de componentes para instalação), resistente a choques e vibrações, pó e água, de acordo com a classificação de proteção IP54 ou superior.
- r)** Os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 devem possuir como acessórios antena de RF e GPS, clipe de cinto, solução com base carregadora e 02 baterias.

s) Os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 devem possuir antena de transmissão/recepção do tipo flexível, recoberta de borracha resistente a intempéries, apropriada à sua utilização em movimento ou estático, e deverá ser fornecida em conjunto com o terminal.

t) Para os Itens 1, 2, 5 e 6, as antenas deverão ser do tipo direcional para 30% do quantitativo total, e os 70% restantes deverão ser do tipo omnidirecional, apresentando ganho mínimo de 9 dBi para a faixa de operação em 380 MHz. Devem ser fornecidas em conjunto com o transceptor e devem estar em conformidade com as regulamentações legais, em especial as da ANATEL. Os cabos, tipo guia de onda ou de mesma aplicabilidade, devem apresentar uma atenuação máxima de 14,0 dB a cada 100 metros. O sistema irradiante deve ser específico para atender às condições de instalação nas infraestruturas disponíveis.

u) Para os Itens 1, 2, 7 e 8 as antenas de transmissão/recepção devem ser apropriadas à sua utilização em veículo, com o maior ganho de potência de transmissão disponível no cenário nacional ou internacional de fabricantes, devendo ser fornecida em conjunto com o transceptor, bem como os elementos que compõem o sistema irradiante (cabos, conectores e outros). Este kit deve ser instalado de modo a obter o melhor desempenho para operação com o veículo em movimento ou parado, sem interferir em seu funcionamento, e todas as partes veiculares envolvidas na instalação devem ser completamente vedadas.

v) O microfone dos Itens 1, 2, 5 e 6 deve ser de mesa, de fácil conexão ao terminal, com baixa captação de ruído ambiente, com haste flexível ou rígida, com tecla e pedal aperte-para-falar.

w) O microfone dos Itens 1, 2, 7 e 8 deve ser de mão, de fácil conexão ao terminal, com baixa captação de ruído ambiente, com tecla aperte-para-falar.

x) Os Itens 1, 2, 7 e 8 deverão ter a cabeça remota, para o melhor ajuste da instalação nos veículos.

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.1.3. Todos os transceptores devem possuir características físicas, elétricas e de radiofrequência nas condições estabelecidas abaixo:

a) Faixa de frequência de operação de 380 a 420 MHz;

b) Temperatura de operação de pelo menos -20 °C a +55 °C;

c) Possibilidade de operar em ambientes com umidade relativa do ar superior a 75%;

d) Largura de faixa de canal 25 kHz, conforme normatização da ANATEL;

- e) Separação entre portadoras de transmissão e recepção de 10 MHz;
- f) Resistência a choques e vibrações, pó e água, de acordo com a classificação de proteção IP54 ou melhor para os Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e IP67 ou melhor para os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

3.1.4. Para os Itens 1, 2, 5 e 6, o sistema de alimentação deve:

- a) Permitir operação do sistema mesmo na falta de energia fornecida pela concessionária, com autonomia mínima de 3 (três) horas a pelo menos 90% da capacidade nominal máxima;
- b) Ter fonte chaveada de 13,8 V, a partir de 32 amperes, com ventilador interno e flutuador de bateria;
- c) Ter tensão de entrada do sistema de alimentação ininterrupta de 127/220 V $\pm 10\%$, com frequência de rede elétrica de 60 Hz;
- d) Comutar automaticamente para bateria quando faltar energia elétrica, com saída de ventoinha externa;
- e) Ter LEDs de indicação de status;
- f) Ter proteção da entrada AC contra surtos e raios;
- g) Converter a alimentação de entrada para a alimentação nominal compatível com os equipamentos;
- h) Ter bateria estacionária de 50 amperes, com tensão de flutuação de 13,2 V a 13,8 V à temperatura de 25 °C e tensão de carga/igualização de 14,4 V a 15,5 V na mesma temperatura.

3.1.5. Para os Itens 1, 2, 7 e 8 o sistema de alimentação deve:

- a) Ter tensão de alimentação do sistema de 12 VCC com fusível e fiação blindada e exclusiva, para conexão direta ao sistema de bateria do veículo, visando evitar a captação de ruídos gerados pelo motor e a emissão de RF do próprio transceptor embarcado;
- b) Converter, se necessário, a alimentação de entrada para a alimentação nominal compatível com os equipamentos.

3.1.6. O sistema de alimentação dos Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 deve:

- a) Alimentar o equipamento por meio de bateria recarregável inteligente (sem efeito memória), de elevado ciclo de vida útil, com autonomia mínima de 8 (oito) horas ininterruptas;
- b) A bateria inteligente do transceptor portátil deve ser projetada e fornecida com interface de software que avalie sua capacidade de carga operacional e sua vida útil;
- c) Possuir componente para carregamento rápido inteligente de duas posições, permitindo a carga na bateria reserva e na bateria acoplada ao terminal portátil, com tensão de entrada 127 e 220 VAC $\pm 10\%$, exceto para os Itens 3, 4, 05, 09 e 10;

d) Converter, se necessário, a alimentação de entrada para a alimentação nominal compatível com os carregadores.

3.1.7. Características do transmissor dos Itens 1, 2, 6 e 7:

- a)** Saída final do transmissor com o mínimo de 10 (dez) watts;
- b)** Impedância de RF de 50 ohms com variação máxima de 1%.

3.1.8. Características do transmissor dos Itens 3, 4, 8 e 9:

- a)** Saída final do transmissor com o mínimo de 2,8 (dois ponto oito) watts;
- b)** Desvio de modulação máximo de ± 5 kHz;
- c)** Estabilidade de frequência máxima de ± 5 ppm.

3.1.9. Características do transmissor dos Itens 5 e 10:

- a)** Saída final do transmissor com o mínimo de 1,8 (um ponto oito) watts;
- b)** Desvio de modulação máximo de ± 5 kHz;
- c)** Estabilidade de frequência máxima de ± 5 ppm.

3.1.10. Característica do receptor:

- a)** Para todos os itens, a sensibilidade dinâmica do receptor deve ser igual ou melhor que -103 dBm para taxa de bits errados (BER) de no máximo 5%.

3.1.11. Os Itens 1, 2, 5, 6, 7 e 8 devem:

- a)** Ter a função Gateway TMO/DMO;
- b)** Ter a função Repetidora TMO;
- c)** Os Itens 1, 2, 7 e 8 deverão ter a função de utilização de canal de controle secundário em infraestrutura da SDS/PE, para o envio de dados de GPS em casos de alto tráfego de dados.

3.1.12. Todos os itens devem permitir a troca de perfil e programação, através de login, para operação de vários usuários em um mesmo terminal, em diversos turnos de trabalho, onde:

- a)** A função de atribuição torna o sistema capaz de atribuir nomes de usuário alfanuméricos aos usuários de rádio e autenticá-los em um processo de autenticação pessoal através de senha nos terminais portáteis, móveis e fixos;
- b)** O recurso deve fornecer ao sistema uma forma de reconhecer um usuário de rádio por uma identidade única e um nome associado, independente de qual terminal ele utilize;
- c)** O usuário de rádio poderá utilizar qualquer rádio para trabalhar e, em seguida, fazer autenticação através de usuário e senha nesse rádio.

3.1.13. Todos os Itens deverão fornecer Sistema de Posicionamento Global (GPS) integrado ao terminal, com possibilidade de transmissão automática, temporizada e configurável (de segundos a minutos) e, sempre quando realizada chamada, transmitir informações de georreferenciamento como latitude e longitude, bem como permitir sua visualização pelo visor e envio da informação a equipamento periférico conectado ao terminal, sendo:

- a) Para os Itens 1, 2 e 7, 8 o sistema GPS descrito deverá ser interno ao terminal com uso de antena de recepção externa, com nível de recepção adequado; deve, preferencialmente, ser fixada no veículo, sendo admitida antena dupla banda (única para radiocomunicação e GPS);
- b) Para os Itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, o sistema GPS descrito deverá ser interno ao terminal, com antena de recepção;
- c) Todos devem apresentar desvio máximo de geoposicionamento de 10 metros em campo aberto;
- d) A transmissão da informação de posição pode ser definida como periódica, por distância ou por interrogação.

3.1.14. Todos os itens devem ser instalados, configurados e colocados em operação pela CONTRATADA com todos os seus componentes e acessórios necessários para o seu funcionamento, sem custos adicionais para a Secretaria.

3.1.15. Todos os itens devem ser homologados pela ANATEL, na forma de sua regulamentação, tanto o equipamento quanto os demais agregados citados que se enquadrem como emissores de radiofrequência.

3.1.16. Os Itens 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10 devem realizar comunicação de voz e dados na área de cobertura do sistema de forma automatizada, sem necessidade de intervenção do operador para selecionar canal e/ou portadora.

3.1.17. Todos os itens devem possuir, no mínimo, protocolo de comunicação de interface aérea definido por padrão de radiocomunicação especificado por organismo padronizador nacional e/ou internacional, em especial nos quesitos de transmissão de voz e dados, segurança e criptografia, e sinalização e autenticação de terminal na rede.

3.1.18. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas definidas pelo protocolo de comunicação aberta TETRA e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.1.19. Os Itens 4, 5, 9 e 10 (Terminais Portáteis com LTE):

- a) Deverão ser capazes de efetuar comutação automática entre redes TETRA, LTE ou Wi-Fi sem qualquer intervenção do usuário, tendo a rede TETRA prioridade (TETRA > Wi-Fi > LTE);
- b) O terminal deverá manter a segurança TETRA (end-to-end encryption) e autenticação

funcionando normalmente;

c) O Item 05 deve operar no mínimo com sistema operacional Android versão 10;

d) O Item 05 deve possuir, no mínimo, memória RAM de 3 GB, memória interna de no mínimo 32 GB e mais 64 GB adicionados por cartão de memória, que também deverá ser fornecido;

e) Deve possuir qualidade de gravação de vídeo de 1080p x 30 fps ou melhor;

f) Todos os itens devem possuir conectividade Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4 GHz;

g) Devem ser fornecidos, para cada um dos tipos de transceptores de todos os itens, 02 (dois) kits de programação (software e cabos) e 02 (dois) kits de inserção de chaves de criptografia (dispositivo encriptador e respectivos cabos).

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

3.2.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência.

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto, realizado durante o período de garantia, é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para a realização das intervenções necessárias.

3.2.4.1. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estar em perfeito estado de funcionamento.

3.2.4.2. Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso, ao término desses prazos, o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE:

a. Para a estação fixa, Item 1 e 2: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 12 (doze) horas.

- b. Para a estação móvel, Item 3 e 4: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 12 (doze) horas.
- c. Para a estação portátil, Itens 5,6,7,8,9 e 10: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 24 (vinte quatro) horas.

3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega do(s) bem(ns) será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da notificação da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.2. A entrega será realizada no CERCPAT da Secretaria de Defesa Social, localizado à Rua Coelho Leite – 393 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50.100-140 – telefone (81) 3183-5686, no horário das 8h às 17h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE da Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho.

3.3.4. A responsabilidade pela instalação do produto, especificidades de acondicionamento e transporte do bem e outros aspectos relevantes para a sua entrega será da contratada.

3.3.5. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

b.1) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3.6.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução.

3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de R\$ 16.052.018,24.

- a. Item I (cota principal) – Valor estimado total - R\$ 924.210,00;
- b. Item II (cota reservada) – Valor estimado total - R\$ 308.070,00;
- c. Item III (cota principal) – Valor estimado total - R\$ 570.702,00;
- d. Item IV (cota reservada) – Valor estimado total - R\$ 190.234,00;
- e. Item V (cota principal) – Valor estimado total - R\$ 6.988.995,00;
- f. Item VI (cota reservada) – Valor estimado total - R\$ 2.329.665,00;
- g. Item VII (cota principal) – Valor estimado total - R\$ 2.616.106,68;
- h. Item VIII (cota reservada) – Valor estimado total - R\$ 872.035,00;
- i. Item IX (cota principal) – Valor estimado total - R\$ 939.000,00;
- j. Item X (cota reservada) – Valor estimado total - R\$ 313.000,00.

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

4.2.1.1. Elemento de Despesa: 4.4.9.0.

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas, caso os valores estimados dos itens sejam superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3.2. Em consonância com o inciso III do art. 48 da Lei Complementar já citada, os Itens 02, 04, 06, 08 e 10 desta licitação serão reservados às ME, EPP e MEI. Para tanto, será fixado o percentual de 25% do quantitativo dos itens originais, uma vez que tal medida amplia a participação e fomenta as empresas do ramo a estarem presentes no certame.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega FUTURA.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de FORNECIMENTO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO.

5.1.3. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO / POR ITEM.

5.1.4. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.5. A combinação dos parâmetros — modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa — descritos neste Termo de Referência mostra-se adequada e eficiente para a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o pregão eletrônico amplia a participação das empresas do ramo e fortalece a competitividade no certame.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. Para o item as propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos: Catálogo, folder ou equivalente (documento com foto), do objeto licitado, contendo as especificações completas do produto, proporcionado a Administração verificar a compatibilidade da oferta com o solicitado neste termo de referência.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Ato de autorização para o exercício da atividade de radiocomunicação, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 131 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações).

5.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.4.1.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de Materiais de radiocomunicação digital.

5.4.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para

cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

5.4.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.4.1.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades em atestados, por refletir a complexidade e a dimensão do objeto, assegurando experiência mínima necessária à execução contratual, sem restringir a competitividade do certame, em conformidade com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.4.1.6. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento destinada à instalação/desinstalação, configuração e manutenção dos equipamentos, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no presente termo de referência.

5.5. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1. Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social Mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.

5.5.2. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante

5.5.3.1. A adoção dos índices acima se mostra suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que permitem aferir a saúde econômico-financeira das empresas participantes, garantindo que disponham de condições para honrar os compromissos assumidos no contrato. Ademais, os seus valores iguais ou superiores a 1 (um) foram adotados para o presente certame, pois refletem parâmetros razoáveis e proporcionais à complexidade do objeto, atendendo ao disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 54.700/2023, visto que faz parte do programa do Governo do Estado de Pernambuco que visa à melhoria das instalações dos órgãos de Segurança Pública.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição de radiocomunicadores digitais para a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco justifica-se por razões técnicas, operacionais e jurídicas, alinhadas às necessidades do programa de governo “Juntos pela Segurança”, que tem como um de seus pilares a modernização tecnológica das forças de segurança. Do ponto de vista técnico, o SRP permite que a Administração Pública realize aquisições graduais e programadas, atendendo à demanda real de equipamentos de comunicação sem comprometer o orçamento ou gerar desperdícios. Esta modalidade garante padronização e interoperabilidade entre os diversos órgãos de segurança, facilita a manutenção e o treinamento dos operadores, assegurando a continuidade operacional e a confiabilidade dos sistemas de comunicação em situações emergenciais e rotineiras.

Sob o aspecto jurídico, o SRP encontra respaldo no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 54.700/2023, bem como nos arts. 15 a 19 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam a possibilidade de registro prévio de preços para contratações futuras. A utilização desta modalidade atende aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade, planejamento e transparência, permitindo que futuras chamadas de fornecimento sejam

realizadas dentro de parâmetros já estabelecidos, evitando a repetição de processos licitatórios e proporcionando segurança jurídica à Administração Pública. Além disso, o SRP favorece a competitividade entre fornecedores, incluindo Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006.

A utilização do Sistema de Registro de Preços está também diretamente vinculada à estratégia do programa “Juntos pela Segurança”, uma vez que garante que os radiocomunicadores estejam sempre disponíveis para reposição, expansão ou manutenção, promovendo a continuidade das operações de segurança e aumentando a capacidade de resposta das forças policiais. Esta modalidade permite a gestão racional dos recursos públicos, assegurando que os investimentos em tecnologia resultem em melhoria efetiva na prestação de serviços de segurança à população. Dessa forma, a adoção do SRP para aquisição dos radiocomunicadores se mostra plenamente justificada, pois combina eficiência técnica, segurança operacional e conformidade legal, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço público prestado.

6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1. A Secretaria de Defesa Social é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1. A Secretaria de Defesa Social é o único órgão participante deste Registro de Preços;

6.3. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.3.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.4.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.5. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.5.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente deste Termo de Referência.

6.5.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas ao gerente da Ata de Registro de Preços, por meio do telefone (81) 3183-5048 ou e-mail supcompras@sds.pe.gov.br para devida autorização.

6.6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.6.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.7.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 9 (nove) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.3 deste Termo de Referência.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1. O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato ou retirado do instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1. As obrigações da Contratada serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

7.6. DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. É permitida a subcontratação de parcela do objeto do presente certame correspondente ao serviço de instalação/desinstalação, configuração e manutenção dos equipamentos oriundos deste Termo de Referência, tendo em vista que se trata de prestação acessória, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto.

7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como serão dispostas na minuta do contrato, anexa ao Edital deste certame.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á por meio dos telefones (81) 3183-5048 / (81) 3412-8295 e e-mail ntel.ciods@sds.pe.gov.br sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Rua Coelho Leite, 393 – Santo Amaro, Recife – PE, 50100-140.

7.7.4. A gestão da contratação ficará a cargo do Gerente Geral do Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIODS.

7.7.5. A fiscalização da contratação ficará a cargo do Núcleo de Telecomunicações do Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIODS.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata de registro de preços serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas às infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C – ETP

Anexo D – Quadro Descritivo

Recife, 15 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE **TAVARES** OLIVEIRA SILVA - CEL RRPM

Gerente Geral do CIODS

Aprovador

PAULO ROBERTO MARQUES DE **SOUZA**

Núcleo de Contratos e Convênios

Elaborador

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD

27/06/2025

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

OBSERVAÇÃO: No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato for dispensado, as infrações e sanções gerais e específicas encontram-se no Termo de Referência.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 3900009130.000034/2025-40

Órgão/Entidade: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Centro Integrado de Operações de Defesa Social

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: ALEXANDRE **TAVARES** OLIVEIRA SILVA - Cel RRPM; PAULO ROBERTO MARQUES DE **SOUZA**.

Contato do responsável: Fone (81) 3412.8282 E-mail institucional: ciods.secretaria@sds.pe.gov.br

Preâmbulo

A Secretaria de Defesa Social – SDS necessita de rádios digitais para a operacionalização no Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA, a fim de atender o Centro Integrado de Operações e Defesa Social – CIODS, uma vez que a meta prioritária do Governo do Estado de Pernambuco visa à melhoria das instalações dos órgãos de Segurança Pública. Sendo assim, foi incumbido ao Centro Integrado de Operações de Defesa Civil – CIODS desenvolver um novo padrão de qualidade para a prestação de serviços à sociedade.

Entende-se como tal a expansão do sistema de radiocomunicação TETRA, utilizado pelas operativas, a saber: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Científica, permitindo um melhor atendimento à população pela integração das operativas nas respectivas ocorrências. Isso possibilita o atingimento das metas do Plano de Segurança, que visa, principalmente, a prevenção de homicídios, além de abordar um conjunto de crimes que despertam insegurança na população, constituindo uma política pública baseada em modelo de gestão que prevê o monitoramento permanente das ações e dos resultados das unidades operativas.

Com o advento da digitalização, as funções de controle, gestão e processamento, antes executadas diretamente pelos equipamentos de radiocomunicação, passaram, em grande medida, a ser realizadas por softwares dedicados, hospedados e processados em servidores interconectados por redes de transporte de dados, em estrutura análoga aos sistemas modernos de Tecnologia da Informação (TI). Os terminais de radiocomunicação atualmente disponíveis no mercado passaram por significativa evolução tecnológica nas

últimas décadas, marcada pela transição da tecnologia analógica para plataformas digitais. Essa transformação abrange tanto a transmissão de radiofrequência entre os usuários quanto à infraestrutura de rede interna, que passou a operar com base em protocolos de Internet (Internet Protocol – IP), permitindo maior integração, escalabilidade e eficiência na gestão dos sistemas.

Tal avanço tecnológico resultou em expressivos ganhos operacionais para os órgãos de segurança pública e para as empresas privadas que dependem de comunicação de missão crítica. Entre os principais benefícios destacam-se a elevada confiabilidade, a continuidade das comunicações sem interrupções, a alta disponibilidade dos sistemas, bem como a incorporação de funcionalidades avançadas como criptografia, interoperabilidade entre diferentes plataformas e recursos de geolocalização, assegurando desempenho superior e maior segurança operacional nas atividades estratégicas.

A realização deste Estudo Técnico Preliminar – ETP está em conformidade com o Decreto Estadual nº 53.384/2022, art. 7º, incisos VI e X:

•

VI – aquisição de bens e prestação de serviços cujo valor estimado da licitação ou contratação direta supere R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto processos de credenciamento;

•

•

X – quando houver a possibilidade de opção entre aquisição ou locação de bens imóveis ou bens móveis duráveis.

•

1. Descrição da necessidade da contratação

A Secretaria de Defesa Social – SDS necessita de rádios digitais para a operacionalização no Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA, a fim de atender o Centro Integrado de Operações e Defesa Social – CIODS, uma vez que a meta prioritária do Governo do Estado de Pernambuco visa à melhoria das instalações dos órgãos de Segurança Pública. Sendo assim, foi incumbido ao Centro Integrado de Operações de Defesa Civil – CIODS desenvolver um novo padrão de qualidade para a prestação de serviços à sociedade.

Os novos rádios de comunicação se inserem no escopo do processo de expansão e consolidação do Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA, já em uso pelas Operativas

de Segurança Pública do Estado, a saber: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Científica. Tal expansão visa não apenas ampliar a cobertura e a interoperabilidade entre as forças de segurança, mas também garantir comunicações seguras, contínuas e de alta disponibilidade, indispensáveis à gestão de ocorrências integradas e à resposta tempestiva às demandas da população.

Além disso, a medida coaduna-se com as metas e diretrizes do Plano Estadual de Segurança Pública, cujo eixo central é a prevenção e redução dos índices de homicídios e demais crimes de maior impacto social, mediante a adoção de uma política pública baseada em modelo de gestão orientado por resultados, que prevê o monitoramento permanente das ações, indicadores e desempenho das unidades operativas.

Dessa forma, a contratação proposta revela-se tecnicamente indispensável e juridicamente legítima, em estrita observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e supremacia do interesse público, conforme preconizado pelos arts. 6º, inciso IX, e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo, portanto, medida necessária à manutenção e ao aprimoramento das atividades estratégicas de segurança pública do Estado.

Os terminais de radiocomunicação atualmente disponíveis no mercado passaram por expressiva evolução tecnológica nas últimas décadas, caracterizada pela substituição dos sistemas analógicos por tecnologias digitais avançadas, tanto na transmissão de radiofrequência entre os usuários quanto no tráfego interno de dados, que passou a operar de forma intensiva com base nos protocolos de Internet (Internet Protocol – IP).

Essa transformação tecnológica representou um marco na modernização dos sistemas de comunicação, proporcionando maior eficiência, integração, segurança e flexibilidade operacional. Como resultado, os órgãos de segurança pública e as entidades privadas que dependem de comunicações de missão crítica passaram a contar com meios de comunicação mais robustos, confiáveis e de alta disponibilidade, assegurando a continuidade das operações, a redução de falhas de transmissão e o acesso a recursos avançados, como criptografia, interoperabilidade entre redes e monitoramento remoto.

Com o avanço da digitalização, as funções de controle, supervisão e gerenciamento anteriormente executadas diretamente pelos equipamentos de radiocomunicação passaram, em sua maior parte, a ser desempenhadas por softwares dedicados, hospedados e processados em servidores de alto desempenho interconectados por redes de transporte de dados, em uma arquitetura análoga aos modernos sistemas de Tecnologia da Informação (TI).

Sobre essa base tecnológica consolidada, foram concebidas aplicações especializadas voltadas ao gerenciamento, controle e integração dos sistemas de radiocomunicação,

possibilitando que toda a operação seja concentrada em um número reduzido de servidores físicos, normalmente um ou dois, capazes de executar simultaneamente dezenas de aplicações de diferentes fornecedores de forma integrada, segura e de alta disponibilidade.

Essa arquitetura orientada a software (Software Defined Architecture) proporciona uma série de benefícios operacionais e estratégicos, entre os quais se destacam: grande capacidade operacional do terminal quanto ao número de usuários; flexibilidade para particionar o sistema para uso de diversas agências, com controle e gerenciamento independentes de cada uma; possibilidade de aumento de capacidade apenas com aquisição de licenças; adição de funcionalidades mediante aquisição de licenças; programação remota; maior integração com diversos tipos de aplicativos; maior segurança com uso de criptografia avançada; capacidade de armazenamento de dados.

Além dos benefícios operacionais, a transformação dos antigos sistemas de comunicação crítica em plataformas baseadas em TI resultou em significativa redução dos custos de aquisição, operação e manutenção dos terminais, decorrente da diminuição expressiva da quantidade de equipamentos físicos necessários à operação e da possibilidade de configuração, monitoramento e atualização remota por meio de conexões seguras via Internet. A maior flexibilidade e modularidade dos sistemas definidos por software permitem ciclos de atualização tecnológica mais curtos, com lançamento ágil de novas versões e funcionalidades, em contraste com sistemas analógicos ou digitais convencionais, que demandam intervenções físicas e maior tempo de implantação.

Em razão dessa dinâmica de evolução contínua, torna-se tecnicamente e economicamente inviável para os fornecedores de software manter suporte técnico ativo e atualizações de segurança para versões muito antigas, geralmente aquelas com mais de quatro anos de defasagem tecnológica. Consequentemente, tais produtos possuem ciclos de vida mais curtos, formalmente definidos por cada fabricante, em conformidade com suas políticas de ciclo de vida (Life Cycle Policy).

O gerenciamento adequado do ciclo de vida tecnológico dos terminais de radiocomunicação, aliado à manutenção contínua de serviços de suporte e atualização, é medida indispensável para mitigar riscos operacionais, prevenindo interrupções inesperadas, vulnerabilidades de segurança cibernética, obsolescência de software ou hardware e assegurando a compatibilidade com novas funcionalidades incorporadas ao sistema.

Considerando que o Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA é classificado como um sistema de missão crítica, todas as atividades relacionadas ao seu gerenciamento, supervisão, manutenção e atualização devem ser conduzidas com rígido controle técnico e

operacional, de forma a evitar qualquer comprometimento da continuidade e da segurança das operações da SDS-PE.

Em decorrência da evolução tecnológica contínua e das atualizações periódicas do Sistema de Radiocomunicação, torna-se imprescindível a substituição e atualização dos terminais de rádio em uso, garantindo compatibilidade com os novos padrões tecnológicos, funcionalidades avançadas e maior eficiência operacional. Os novos terminais digitais visam atender às necessidades atuais e projetadas do Estado, considerando a expansão significativa da segurança pública, com aumento do número de policiais, agentes, viaturas e demais ativos operacionais. Tal medida assegura o acompanhamento tecnológico do crescimento operacional, garantindo recursos aprimorados, melhor desempenho e maior capacidade de expansão do sistema, além de preservar e otimizar os investimentos já realizados pelo Estado na infraestrutura de radiocomunicação.

Por fim, a expansão proposta abrange todas as forças de segurança pública do Estado que compartilham o uso do Sistema TETRA – Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Científica – assegurando interoperabilidade plena e comunicação integrada entre as operativas em todo o território estadual.

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão

A Secretaria de Defesa Social – SDS, em conformidade com a Portaria Conjunta SAD/PGE nº 097, de 14 de dezembro de 2023, elaborou o Documento de Formalização de Demanda (DFD.635.DAG-SDS/2025) e o Plano de Contratação Anual (PCA.001.DAG-SDS/2025), os quais estão devidamente registrados no Sistema PE Integrado.

3. Descrição dos requisitos da contratação

A Secretaria de Defesa Social está visando aprimorar as comunicações operacionais entre unidades, viaturas e centrais de comando.

Sendo assim, a empresa contratada deverá garantir a comunicação tática e operacional segura, confiável e ininterrupta entre equipes em campo e as centrais de comando e controle, assegurando rápida resposta em situações emergenciais, operações policiais, eventos públicos e ações de defesa civil.

Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, devidamente homologados pela ANATEL.

A empresa contratada deverá:

-

Realizar a instalação completa do objeto nos locais que forem solicitados;

-
-

Realizar a programação inicial de canais, grupos e códigos de sinalização, conforme plano de comunicações da Secretaria de Defesa Social;

-
-

Realizar treinamento operacional e técnico para os servidores, abordando uso, manutenção e boas práticas de comunicação tática;

-
-

Responsabilizar-se pelo transporte, seguro e integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo;

-
-

Garantir a substituição de equipamentos defeituosos no período de garantia;

-
-

Manter sigilo sobre informações de configuração e comunicação das redes de segurança pública;

-
-

Oferecer uma garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses a partir do recebimento definitivo do objeto.

-

Os equipamentos devem, no mínimo, atender às normas e certificações, como: Certificação ANATEL válida e Resoluções da ANATEL aplicáveis (n.º 680/2017 e outras).

4. Levantamento de mercado

A Secretaria de Defesa Social, com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e compreender as condições técnicas e comerciais praticadas, realizou levantamento de mercado referente à locação ou aquisição de rádios digitais para a operacionalização no Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA, levando-se em consideração a Portaria nº 2.679/21 da Secretaria de Administração – SAD.

Esclarecemos que os rádios devem ter uma vida útil de 36 (trinta e seis) meses, o que interfere diretamente sobre o valor da locação e da aquisição.

4.1. Metodologia adotada

O levantamento de mercado foi realizado utilizando as seguintes fontes:

- Pesquisa de contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
-
- Cotação a empresa pública estadual especialista no ramo;
-
- Cotações obtidas junto a três fornecedores por e-mail.
-

4.2. Resultados da pesquisa

Verificamos, diante das pesquisas realizadas, que existem contratos de locação e aquisição desses rádios de comunicação digital. Assim, temos:

4.2.1. Locação

Encontramos um preço público que reflete essa condição, constante neste processo através do template SEI nº 76042664, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO PÚBLICO	COTAÇÃO	Valor Unitário Mensal	Valor Total
				Outros	E-mail		
				Contrato			
				OLM REPRESENTAÇÕES LTDA	Empresa de Tecnologia da Informação do		

				CNPJ nº 12.730.701/ 0001-65	Ceará - ETICE CNPJ nº 03.773.788/ 0001-67		
1	Transceptor de Rádio Fixo: Transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa estipulada de 380–400 mhz, de tecnologia digital padrão tetra TEA1, classe 2 e 3, com recursos de criptografia interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto) e capaz de operar apenas em modo semi-duplex e/ou fullduplex, compatível com o Sistema de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA	MÊS	36	R\$ 580,00		R\$ 580,00	R\$ 20.880,00

	MOTOROLA da Secretaria da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba acompanhado com todas as licenças a seguir: – Licença de usuário para Sistema TETRA DIMETRA MOTOROLA; – Licença para aplicação RUA/RUI para Sistema TETRA DIMETRA MOTOROLA; – Licença para programação remota para Sistema TETRA DIMETRA MOTOROLA						
	Terminal portátil TETRA, Faixa de Operação 380 a 430MHz, e potência de 3W em RF, com os seguintes	MÊS	36		R\$ 393,62	R\$ 393,62	R\$ 14.170,32

	acessórios: - Microfone com alto falante remoto; - Bateria e alta capacidade; - Antena; - Carregador de bateria; - Clip para cinto.						

Nota explicativa:

A tabela acima apresenta preços de contrato público considerando **12 (doze) meses** como referência, enquanto o preço da empresa pública estatal considera **60 (sessenta) meses**. Houve, entretanto, uma adaptação para representar fielmente o custo referente a **36 (trinta e seis) meses**, refletindo a condição de contratação da Secretaria de Defesa Social.

4.2.2. Aquisição (preços públicos):

Foram encontrados preços públicos que refletem essa condição de aquisição, constantes neste processo SEI, conforme os templates: **76044631, 76045518 e 76046376**.

Lote/Item														
Item	Código do e-Fisco	CAT MAT / CATER	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	PREÇO PÚBLICO						PREÇO ESTIMADO		
						Fonte	Fonte	Fonte	Fonte	Fonte	Fonte	Metodologia de Cálculo	Valor Unitário	Valor Total
						Tipo de Documento	Tipo de Documento	Tipo de Documento	Tipo de Documento	Tipo de Documento	Tipo de Documento			
						ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0002/2025 DTI/PF TELTRONICS BRASIL LTDA CNPJ: 03.316.088/0001-43	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2024/SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA TELTRONICS S/A S. UNIPERSONAL CNPJ: 05.711.930/001-77	CONTRATO N.º 0023/2025 CONSÓRCIO MOTOROLA OLM PARAÍBA III CNPJ: 61.197.432/0001-29	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 148/2024 STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 00.915.129/0001-20	CONTRATO – N.º 0165/2025 – GMS N.º 1442/2025 TAIT COMUNIC AÇÕES BRASIL LTDA CNPJ: 67.116.715/0001-85	CONTRATO – N.º 0655/2024 – GMS N.º 6533/2024 MOTOROLA SOLUTIONS LTDA CNPJ: 10.652.730/0008-05			

1	5090 44-0	2375 91	RADIO TRANSC PTOR - TERMINA L DE RADIO TRANSC PTOR FIXO TETRA,UH F (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOG RAFIA TEA	75,00	UNID ADE	R\$ 10.000 ,00	R\$ 14.645,61					Média	R\$ 12.3 22,80	R\$ 924.2 10,00
2	5090 44-0	2375 91	RADIO TRANSC PTOR - TERMINA L DE RADIO TRANSC PTOR FIXO TETRA,UH F (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOG RAFIA TEA	25,00	UNID ADE	R\$ 10.000 ,00	R\$ 14.645,61					Média	R\$ 12.3 22,80	R\$ 308.0 70,00
3	5090 45-8	6032 78	RADIO TRANSC PTOR - TERMINA L DE RADIO TRANSC PTOR MOVEL TETRA,UH F (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOG RAFIA TEA	75,00	UNID ADE	R\$ 8.300, 00	R\$ 6.458,08			R\$ 8.070, 00		Média	R\$ 7.60 9,36	R\$ 570.7 02,00
4	5090 45-8	6032 78	RADIO TRANSC PTOR -	25,00	UNID ADE	R\$ 8.300, 00	R\$ 6.458,08			R\$ 8.070, 00		Média	R\$ 7.60 9,36	R\$ 190.2 34,00

			TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR MOVEL TETRA,UHF (380-400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA											
5	509040-7	613657	RADIO TRANSCEPTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL TETRA ,UHF (380-400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	1.500,00	UNIDADE	R\$ 5.880,00	R\$ 4.198,00		R\$ 7.360,00		R\$ 3.900,00	Média Saneada	R\$ 4.659,33	R\$ 6.988.995,00
6	509040-7	613657	RADIO TRANSCEPTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL TETRA ,UHF (380-400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	500,00	UNIDADE	R\$ 5.880,00	R\$ 4.198,00		R\$ 7.360,00		R\$ 3.900,00	Média Saneada	R\$ 4.659,33	R\$ 2.329.665,00

7	6120 29-6	6136 57	RADIO TRANSC PTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINA L DE RADIO TRANSC PTOR PORTATIL TETRA,UH F (380- 400MHZ), CLASSE DE POTENCI A MINIMA 1.8W,CO M GPS E CRIPTOG RAFIA AEREA,CA PAZ DE OPERAR EM REDES LTE E COM SISTEMA ANDROID	393,00	UNID ADE	R\$ 8.365, 00	R\$ 4.948,52					Média	R\$ 6.65 6,76	R\$ 2.616. 106,68
8	6120 29-6	6136 57	RADIO TRANSC PTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINA L DE RADIO TRANSC PTOR PORTATIL TETRA,UH F (380- 400MHZ), CLASSE DE POTENCI A MINIMA 1.8W,CO	131,00	UNID ADE	R\$ 8.365, 00	R\$ 4.948,52					Média	R\$ 6.65 6,76	R\$ 872.0 35,56

			M GPS E CRIPTOGRAFIA AEREA, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE E COM SISTEMA ANDROID											
9	600897-6	613657	RADIO TRANSCPTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSCPTOR PORTATIL TETRA, UHF (380-400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 2.8W, COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA1, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE	75,00	UNIDADE	R\$ 13.700,00		R\$ 11.340,00				Média	R\$ 12.520,00	R\$ 939.000,00
10	600897-6	613657	RADIO TRANSCPTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSCPTOR PORTATIL	25,00	UNIDADE	R\$ 13.700,00		R\$ 11.340,00				Média	R\$ 12.520,00	R\$ 313.000,00

		TETRA,UHF (380-400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 2.8W,COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA1,CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE											
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nota explicativa: A tabela acima apresenta valores obtidos através de preços públicos devidamente homologados, o valor de referência utilizado nesta condição reflete um valor atualizado dos objetos, pois os rádios digitais incidem a influência do câmbio, no caso o Euro.

4.2.3. Aquisição (cotações com fornecedores):

Encontramos preços com fornecedores que refletem essa condição de aquisição que constam neste processo SEI com os templates: 75661746; 75661902; 75662072.

ITEMS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	COTAÇÃO	COTAÇÃO	COTAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				E-mail	E-mail	E-mail		
				PRISMA TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ nº 41.096.520/0001-27	MOTOROLA SOLUTIONS CNPJ nº 10.652.730/0001-20	TELTRONIC BRASIL LTDA CNPJ: 05.711.930/0001-77		
1	RADIO TRANSMISOR - TERMINAL DE RADIO	UNIDADE	100	R\$ 21.280,00	R\$ 18.821,00	R\$ 20.808,55	R\$ 18.821,00	R\$ 1.882.100,00

	TRANSC PTOR FIXO TETRA,U HF (380- 400MHZ ,)COM GPS E CRIPTOG RAFIA TEA							
2	RADIO TRANSC PTOR - TERMIN AL DE RADIO TRANSC PTOR MOVEL TETRA,U HF (380- 400MHZ ,)COM GPS E CRIPTOG RAFIA TEA	UNIDADE	100	R\$ 11.600,00	R\$ 9.735,0 0	R\$ 10.606,58	R\$ 9.7 35,00	R\$ 973.5 00,00
3	RADIO TRANSC PTOR - TERMIN AL DE RADIO TRANSC PTOR PORTATI L TETRA,U HF (380- 400MHZ ,)COM	UNIDADE	2.000	R\$ 9.440,00	R\$ 7.788,0 0	R\$ 6.753,70	R\$ 6.7 53,70	R\$ 13.50 7.400,00

	GPS E CRIPTOGRAFIA TEA							
4	RADIO TRANSCPTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSCPTOR PORTATIL TETRA,UHF (380-400MHZ),CLASSE DE POTENCIA MINIMA 1.8W,COM GPS E CRIPTOGRAFIA AEREA,CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE E COM SISTEMA ANDROID	UNIDADE	524	R\$ 13.050,00	R\$ 10.384,00	R\$ 8.496,16	R\$ 8.496,16	R\$ 4.451.987,84
5	RADIO TRANSCPTOR - PORTATIL	UNIDADE	100	R\$ 17.100,00	R\$ 14.278,00	R\$ 9.246,09	R\$ 9.246,09	R\$ 924.609,00

L COM LTE - TERMIN AL DE RADIO TRANSC PTOR PORTATI L TETRA,U HF (380- 400MHZ) , CLASSE DE POTENCI A MINIMA 2.8W,CO M GPS E CRIPTOG RAFIA TEA1,CA PAZ DE OPERAR EM REDES LTE								

Nota explicativa: A tabela acima representa valores obtidos com cotações com fornecedores e conforme a Portaria nº 2.679/21 da Secretaria de Administração foi utilizada a metodologia do menor preço entre as fontes.

4.3. Conclusões:

O levantamento de mercado demonstrou que:

•

Os objetos pretendidos são tecnicamente viáveis;

-
-

Existe uma limitação de empresas do ramo;

-
-

Mesmo com a limitação de empresas do ramo, não há restrição de competitividade nem necessidade de solução customizada;

-
-

Será utilizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

-

Descrição da solução	Estimativa ao longo dos anos			
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Solução 1	R\$ 11.808.900,00	R\$ 12.340.300,50	R\$ 12.895.614,02	R\$ 37.044.814,02
Solução 2	R\$ 16.052.018,24	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 16.052.018,24

Metodologia da Projeção de Reajuste Contratual

Em conformidade com o que preconizam os contratos administrativos, aplicou-se sobre o valor contratual de R\$ 11.808.900,00 o reajuste projetado com base na estimativa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), adotando-se a taxa anual de 4,5%, em conformidade com o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, procedeu-se à atualização monetária do montante para o exercício de 2026, resultando no valor de R\$ 12.340.300,50, e, de forma sucessiva, à projeção do reajuste para o exercício de 2027, alcançando o montante de R\$ 12.895.614,02.

Ressalta-se, contudo, que o percentual de 4,5% ao ano corresponde a uma estimativa de variação do INPC, podendo, portanto, sofrer alterações para mais ou para menos conforme a efetiva apuração do índice oficial nos respectivos períodos de referência.

O critério adotado visa assegurar a adequada recomposição do valor contratual frente à inflação projetada, garantindo a manutenção das condições originais de remuneração e encargos, em estrita observância ao princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

Destaca-se que o valor adotado como base de cálculo para a Solução 1 (locação) corresponde a R\$ 393,62, montante este referente ao menor preço identificado na pesquisa de mercado realizada, em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública à seleção da proposta mais vantajosa, mediante a análise de preços praticados no mercado.

Todavia, mesmo considerando o menor valor apurado na referida pesquisa, verificou-se que o custo total da Solução 1 (locação) mostrou-se substancialmente superior à Solução 2 (aquisição), evidenciando que a contratação na modalidade de aquisição representa alternativa mais econômica e vantajosa para a Administração.

A opção pela aquisição, portanto, alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, previstos nos arts. 11, inciso III, e 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assegurando o uso racional dos recursos públicos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Adicionalmente, a aquisição definitiva permite melhor gestão do patrimônio público, redução de despesas recorrentes e otimização de recursos orçamentários, alinhando-se às diretrizes de planejamento e sustentabilidade administrativa estabelecidas pelo Decreto Federal nº 10.947/2022.

Dessa forma, à luz dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, conclui-se que a Solução 2 – aquisição definitiva do sistema de radiocomunicação digital TETRA – é a alternativa mais racional, vantajosa e juridicamente adequada, atendendo integralmente às demandas estratégicas e operacionais da Secretaria de Defesa Social e garantindo o fortalecimento duradouro da infraestrutura de comunicação institucional do Estado.

5. Descrição da solução

O presente estudo técnico, conforme anteriormente mencionado, tem por objeto a aquisição e fornecimento de radiocomunicadores digitais, mediante contratação de

empresa especializada na implementação de solução tecnológica voltada ao atendimento de demanda apresentada pela Secretaria de Defesa Social do Estado (SDS).

A contratação visa disponibilizar equipamentos e sistemas de radiocomunicação digital de padrão profissional (PMR), com tecnologia avançada, contemplando funcionalidades de transmissão segura, criptografia, interoperabilidade e integração plena aos sistemas de gerenciamento e controle operacional já existentes no âmbito da SDS.

As especificações técnicas detalhadas da solução, bem como as exigências referentes aos equipamentos, acessórios, garantia, manutenção, suporte técnico e demais condições de execução contratual, encontram-se devidamente descritas nos documentos anexos ao Processo SEI nº 3900009130.000034/2025-40, os quais incluem memoriais descritivos, desenhos de projeto, planilhas de composição de custos e demais elementos técnicos necessários à adequada caracterização do objeto.

Considerando as diretrizes de modernização e fortalecimento da infraestrutura de comunicação integrada no âmbito da Secretaria de Defesa Social, bem como as necessidades operacionais permanentes e estratégicas dos órgãos vinculados, verifica-se que a aquisição definitiva de rádios digitais (transceptores móveis, portáteis e fixos) e sistemas correlatos baseados no protocolo TETRA (Terrestrial Trunked Radio) representa a solução mais vantajosa, eficiente e juridicamente adequada à Administração Pública.

Natureza Permanente e Essencial da Demanda

A radiocomunicação digital representa ferramenta estratégica e essencial para o pleno funcionamento das operativas de segurança pública, especialmente no que diz respeito à coordenação tática e resposta rápida a ocorrências. Trata-se de uma demanda contínua, ininterrupta e de caráter permanente, não se configurando como uma necessidade transitória ou emergencial, como exigem os casos em que a locação seria recomendada.

Vantagem Econômica e Financeira a Médio e Longo Prazo

A aquisição definitiva dos equipamentos apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, visto que:

- Evita-se o comprometimento de recursos públicos com contratos mensais de locação de longo prazo;
- Os bens passam a compor o patrimônio público, podendo ser remanejados entre unidades operacionais;
- Garante-se maior previsibilidade orçamentária e possibilidade de amortização contábil dos investimentos;

- Permite-se a manutenção e atualização do sistema com base em planejamento interno, reduzindo a dependência de terceiros.

Autonomia Técnica e Segurança Operacional

A posse definitiva dos equipamentos assegura autonomia técnica e operacional, fator crítico nas atividades de segurança pública, permitindo:

- Operação independente de fornecedores externos;
- Garantia da confidencialidade e integridade das comunicações;
- Integração total com a malha de radiocomunicação existente (infraestrutura TETRA já implantada);
- Continuidade dos serviços em situações críticas, como falhas de rede comercial, catástrofes ou grandes eventos.

Alinhamento Estratégico e Interoperabilidade

A aquisição está em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o Plano de Comunicação Integrada da SDS e os objetivos do Centro Integrado de Defesa Social (CIODS), promovendo:

Expansão e padronização da infraestrutura digital de comunicação;

Interoperabilidade entre as diversas forças e agências de segurança;

Redução da heterogeneidade tecnológica e custos operacionais indiretos;

Atendimento aos critérios técnicos estabelecidos em normativas nacionais sobre comunicações críticas.

Viabilidade Técnica e Jurídica

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Registro de Preços, permitindo:

- Flexibilidade de aquisição conforme disponibilidade orçamentária;
- Adoção de critérios técnicos padronizados e previamente validados;
- Atendimento à legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.
- Diante do exposto, conclui-se que a aquisição definitiva dos rádios digitais e sistemas TETRA são a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, tanto sob os aspectos técnicos e operacionais quanto sob os prismas econômico e estratégico, não se recomendando a locação como solução para esta demanda.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos com base nos documentos instruídos no processo SEI Nº 3900038774.000215/2025-07, conforme template ([75497838](#)) complementado com os cálculos de lançamentos operacionais de forma resumida abaixo:

Lançamento diário da PMPE = 1.582

Lançamento diário da PCPE = 410

Lançamento diário do CBMPE = 242

Lançamento diário da SDS = 107

7. Estimativa do valor da contratação

O valor estimado global da contratação é de R\$ 16.052.018,24 (dezesesseis milhões, cinquenta e dois mil dezoito reais e vinte e quatro centavos).

Conforme o levantamento de mercado, estão sendo utilizados como referência os valores obtidos no subitem 4.2.2 – Aquisição (preços públicos), através do preço público contido na ARP nº 0002/2025 DTI/PF.

Ressaltamos que os preços de referência sofrem incidência do EURO, pois as empresas do ramo importam terminais ou infraestrutura TETRA de fabricantes europeus ou globais que cotam em euros ou realizam vendas para a América do Sul com referência nessa moeda. Dessa forma, a taxa de câmbio real/euro, bem como os custos aduaneiros e taxas de importação, devem ser considerados na formação do preço final.

Mesmo que a aquisição seja realizada localmente (empresa brasileira), se houver componentes importados ou manutenção/depoimentos de fabricantes europeus, a cotação em euro poderá impactar diretamente o preço final.

O valor estimado considera todos os elementos necessários à plena execução do objeto, incluindo fornecimento de radiocomunicadores digitais padrão TETRA, licenças, softwares, instalação, integração com a infraestrutura existente, treinamento, manutenção preventiva e corretiva, bem como eventuais serviços complementares, de modo a refletir a totalidade dos encargos financeiros previstos.

8. Justificativas para o parcelamento da solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.1333/2021).

No presente estudo, resta demonstrado que o parcelamento por itens busca permitir a participação de maior número de interessados, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

As razões técnicas e econômicas para a preservação do objeto parcelado por itens foram destinada a atender às necessidades permanentes das operativas da Secretaria de Defesa Social (SDS), por meio do Centro Integrado de Defesa Social (CIODS). Dada a diversidade de equipamentos envolvidos na solução como rádios portáteis, móveis, fixos e acessórios, justifica-se a aquisição parcelada por itens, conforme os fundamentos abaixo:

Heterogeneidade Técnica dos Itens

Os equipamentos a serem contratados, embora complementares, não são homogêneos entre si, apresentando características técnicas, finalidades operacionais e faixas de aplicação distintas. Exemplos:

Rádios portáteis: destinados a uso individual de agentes em campo;

Rádios móveis: instalados em viaturas, com potência e acessórios específicos;

Rádios fixos: utilizados em centrais de monitoramento ou comando;

Softwares e serviços: necessários para integração e configuração do sistema.

Essa diferenciação torna tecnicamente recomendável o parcelamento por itens, de modo a possibilitar a correta avaliação e competição em cada segmento.

Ampliação da Competitividade

O parcelamento permite a ampliação da concorrência, favorecendo a participação de fornecedores especializados em determinados tipos de equipamentos ou serviços. Evita-se, assim, a concentração da contratação em grandes empresas com domínio de toda a cadeia, o que pode elevar os custos e reduzir a competitividade.

Esse critério está em conformidade com o princípio da competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 23, §1º.

Adequação ao Orçamento e ao Planejamento Logístico

Adquirir inicialmente os itens mais prioritários;

Planejar o recebimento conforme a capacidade de instalação, treinamento e operação;
Ajustar a execução contratual conforme a evolução da necessidade operacional e da disponibilidade de recursos.

Compatibilidade com o Registro de Preços

Considerando que o processo será conduzido pela modalidade de Registro de Preços, o parcelamento por itens é prática usual e recomendada, permitindo:

Escolha de fornecedores diferentes para itens distintos, conforme melhor oferta apresentada;

Maior controle e gestão contratual;

Melhor atendimento às unidades requisitantes, conforme suas realidades e prioridades específicas.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Conforme o disposto no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em observância às diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, procedeu-se à análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a plena execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A aquisição de radiocomunicadores digitais padrão TETRA, objeto deste ETP, foi concebida de forma integrada, autossuficiente e tecnicamente independente, assegurando o atendimento pleno e contínuo da necessidade operacional da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE). Trata-se de uma arquitetura tecnológica planejada sob o princípio da integralidade funcional, garantindo que todos os componentes indispensáveis à implantação, operação e evolução do sistema de radiocomunicação estejam devidamente contemplados desde sua concepção, sem necessidade de contratações complementares externas à solução proposta.

A modelagem adotada internaliza todos os elementos essenciais ao desempenho ótimo da solução, abrangendo, conforme a natureza do objeto: licenciamento permanente de software, serviços de implantação, integração e configuração, interoperabilidade com sistemas legados, capacitação de usuários operacionais e técnicos, bem como suporte

técnico especializado e manutenção corretiva e evolutiva durante o período inicial de operação assistida.

· **Integralidade do Objeto:** O escopo definido contempla a totalidade dos elementos de hardware, software e serviços necessários à plena execução contratual. A solução será entregue em formato "turn-key" (pronta para uso), dispensando aquisições futuras para sua operação básica ou dependências de outros contratos públicos em vigor.

· **Autonomia da Solução:** A solução proposta é tecnologicamente autônoma, não exigindo integração obrigatória com plataformas externas ou soluções de terceiros que não estejam já disponíveis na infraestrutura de TIC da SDS-PE. Quando houver necessidade de interoperabilidade, esta será implementada de forma controlada e parametrizada, em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste estudo, sob responsabilidade integral da futura contratada.

· **Capacidade Interna:** A equipe técnica desta Secretaria dispõe de capacidade operacional e conhecimento técnico especializado suficientes para exercer, de forma autônoma e contínua, as atividades de gestão, fiscalização e suporte de primeiro nível da solução, após o término do período de garantia contratual. Em observância aos princípios da planeabilidade, eficiência e continuidade do serviço público, previstos nos arts. 5º, incisos II e III, e 11 da Lei nº 14.133/2021, estabelece-se que, ao final do período quinquenal de vigência da solução, será realizada reavaliação técnica e administrativa quanto à necessidade de eventual renovação, ampliação ou atualização tecnológica, mediante novo Estudo Técnico, a fim de assegurar a manutenção da atualidade e compatibilidade da infraestrutura com as demandas operacionais e estratégicas da Administração.

· **Ausência de Impacto Econômico Cruzado:** O valor estimado para a presente contratação contempla todos os custos diretos e indiretos associados ao ciclo de vida do objeto, pelo período previsto no contrato. Não há dependência econômica, técnica ou contratual com outras contratações do Estado, tampouco custos ocultos que exijam complementação orçamentária externa para a viabilidade ou desempenho da solução. A modelagem adotada garante autonomia financeira e sustentabilidade operacional, preservando o princípio da economicidade e o adequado planejamento orçamentário da Administração Pública.

10. Resultados pretendidos

A aquisição de radiocomunicadores digitais padrão TETRA tem como finalidade garantir comunicação segura, confiável e contínua para as Operativas da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, não se limitando apenas à transmissão de voz ou dados,

mas permitindo coordenação eficiente das atividades operacionais, integração entre órgãos de segurança, suporte à inteligência policial, persecução penal e atuação pericial.

Os radiocomunicadores digitais possibilitam, ainda, gestão otimizada de recursos humanos e materiais, melhor planejamento das ações de segurança, além de apoiar a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e repressão da criminalidade em espaços públicos, assegurando interoperabilidade entre diferentes forças de segurança e órgãos municipais.

Nesse contexto, os principais resultados esperados da contratação incluem:

Garantir comunicação contínua e confiável entre os órgãos de segurança pública, reduzindo riscos operacionais;

Aumentar a segurança dos cidadãos por meio de coordenação eficiente das Operativas;

Proteção e preservação do patrimônio público, possibilitada por resposta rápida e integrada;

Registrar e monitorar ocorrências de forma eficaz e proativa;

Ampliar a capacidade operacional e cobertura do sistema de radiocomunicação no Estado de Pernambuco;

Fortalecer investigações e processos criminais, proporcionando produção de provas seguras e rastreáveis;

Reduzir índices de crimes violentos e contra o patrimônio por meio de atuação coordenada e tempestiva;

Empregar recursos públicos de forma eficiente, promovendo integração entre Estado e municípios;

Permitir intervenção operacional mais célere e precisa, diminuindo riscos decorrentes da falta de informação sobre ocorrências;

Ampliar a visão estratégica da segurança pública, promovendo integração com áreas de saúde, educação, defesa civil, transporte e outras;

Proporcionar melhoria qualitativa e quantitativa na gestão de comunicações de missão crítica;

Assegurar interoperabilidade e padronização tecnológica, fortalecendo o modelo de contratação e preservando investimentos já realizados.

11. Providências a serem adotadas

Com a aquisição de radiocomunicadores digitais de tecnologia avançada, dotados de recursos de comunicação segura, criptografada e interoperável, plenamente integrados ao Sistema de Radiocomunicação Digital já em operação na Secretaria de Defesa Social (SDS), o Estado de Pernambuco assegurará maior eficiência operacional, confiabilidade nas comunicações de missão crítica e padronização tecnológica entre os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social.

A implementação dos novos terminais permitirá comunicação em tempo real entre as Operativas, gestão otimizada de incidentes, além de suporte aprimorado às atividades de segurança pública, defesa civil e atendimento emergencial, fortalecendo a atuação integrada do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS) e dos demais centros de gerenciamento regionais.

Como parte das providências decorrentes desta aquisição, a empresa contratada deverá realizar a entrega, configuração e integração dos equipamentos ao sistema existente, além de promover capacitação técnica e operacional junto aos servidores responsáveis pela operação e manutenção do sistema de radiocomunicação, assegurando pleno domínio das funcionalidades e correta execução das atividades.

Com o propósito de assegurar a viabilidade da contratação, mitigar riscos operacionais e tecnológicos e garantir a eficácia na implantação, transição e gestão do sistema, foram delineadas providências a serem adotadas pela Administração, em estrita observância aos princípios da eficiência, continuidade, planejamento e economicidade previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às boas práticas de governança de TIC definidas pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

Providências Administrativas e de Planejamento da Contratação

Estas ações são essenciais para o andamento regular do processo administrativo de aquisição, garantindo que todas as fases observem a legislação vigente e os princípios que regem as contratações públicas.

Entre as providências previstas, destacam-se:

Elaboração e validação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021;

Realização de pesquisa de mercado e análise de vantajosidade econômica, conforme metodologia prevista na Portaria SAD nº 2.679/2021;

Adoção de modelo de contratação por meio de Ata de Registro de Preços, visando maior economicidade e flexibilidade de aquisição;

Garantia de padronização técnica e interoperabilidade dos novos radiocomunicadores com o sistema existente, nos termos do art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021;

Definição de critérios objetivos de desempenho, garantia e suporte técnico, assegurando continuidade operacional e atualização tecnológica;

Planejamento da capacitação dos operadores e gestores de rede, conforme diretrizes de governança de TIC.

12. Possíveis impactos ambientais

Os impactos ambientais correspondem às alterações no meio ambiente decorrentes, direta ou indiretamente, das atividades humanas. Tais impactos podem ser classificados como positivos ou negativos, a depender dos efeitos gerados sobre os recursos naturais, a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

No caso da aquisição de radiocomunicadores digitais, não se identificam impactos ambientais negativos significativos, uma vez que se trata de bens de natureza eletrônica e tecnológica, destinados a aprimorar a infraestrutura de comunicação operacional da Secretaria de Defesa Social (SDS). Esses equipamentos não envolvem atividades extrativas, emissões atmosféricas, geração de efluentes líquidos ou resíduos perigosos em escala relevante, estando em conformidade com os princípios de prevenção e precaução ambiental previstos na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

Ainda assim, a contratação observa as diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), especialmente quanto à logística reversa e ao manejo responsável de resíduos eletrônicos. Dessa forma, os fornecedores deverão atender às normas de descarte ambientalmente adequado, comprometendo-se a destinar ou recolher os equipamentos inservíveis, em consonância com o Decreto Federal nº 10.240/2020, que regulamenta a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de produtos eletroeletrônicos.

Do ponto de vista intangível e funcional, os impactos ambientais da contratação podem ser considerados positivos, uma vez que a modernização do sistema de radiocomunicação digital proporciona melhor gestão e resposta operacional às situações de emergência e defesa civil. A ampliação da cobertura e da eficiência das comunicações contribui indiretamente para reduzir danos ambientais decorrentes de desastres naturais, incêndios florestais ou acidentes de grande porte, permitindo respostas mais rápidas e coordenadas pelas forças de segurança e salvamento.

Além disso, a adoção de radiocomunicadores digitais de última geração representa um avanço em sustentabilidade tecnológica, pois tais equipamentos apresentam menor

consumo energético, maior durabilidade e possibilidade de atualização de software, reduzindo a necessidade de substituição prematura e o consequente descarte de resíduos eletrônicos. Essa característica atende ao princípio da durabilidade e eficiência energética, previsto nas políticas públicas de contratações sustentáveis (art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e art. 4º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 54.700/2023).

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de radiocomunicadores digitais gera impactos ambientais positivos, ao fortalecer a capacidade operacional do Estado de Pernambuco para atuação em eventos críticos e emergenciais, promover a sustentabilidade tecnológica e assegurar a adequação ambiental da cadeia de fornecimento, em estrita conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

13. Posicionamento conclusivo

Após análise técnica e jurídica minuciosa dos elementos que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela plena viabilidade e necessidade da aquisição de radiocomunicadores digitais destinados à ampliação e modernização do Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE).

A contratação ora proposta justifica-se pela essencialidade operacional do sistema de radiocomunicação, classificado como infraestrutura de missão crítica, imprescindível à coordenação das forças de segurança pública, defesa civil e atendimento emergencial. A substituição e ampliação dos terminais visam garantir comunicação segura, ininterrupta e interoperável, de modo a assegurar a eficiência, continuidade e confiabilidade das operações sob responsabilidade da SDS-PE.

Do ponto de vista técnico-operacional, a evolução da tecnologia de radiocomunicação — marcada pela migração de sistemas analógicos para plataformas digitais baseadas em protocolos IP — exige a adoção de equipamentos compatíveis com o novo padrão tecnológico, mais eficientes, seguros e sustentáveis. Os radiocomunicadores digitais proporcionam melhor desempenho espectral, menor consumo energético, criptografia avançada de dados e capacidade de integração entre órgãos operativos, ampliando significativamente a efetividade das ações de policiamento, investigação, perícia e resposta emergencial.

Sob o enfoque jurídico e administrativo, a contratação observa rigorosamente os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os princípios da planeabilidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público (arts. 5º e 11). O processo de estimativa de preços e definição do objeto foi

conduzido em conformidade com os Decretos Estaduais nº 54.700/2023 e nº 36.808/2014, bem como com a Portaria SAD nº 2.679/2021, garantindo a fidedignidade das informações de mercado e a vantajosidade econômica da contratação.

A execução por meio de Ata de Registro de Preços revela-se o modelo mais eficiente e econômico, conferindo flexibilidade de aquisição, padronização tecnológica e racionalização de custos ao longo do ciclo de vida do sistema, sem comprometer a integridade e a interoperabilidade do parque de radiocomunicação já implantado.

No tocante aos impactos ambientais, verifica-se a inexistência de riscos negativos significativos, tendo em vista tratar-se de bens de natureza eletrônica e de uso operacional, cujos efeitos sobre o meio ambiente são mínimos e controláveis. Ao contrário, a modernização tecnológica dos radiocomunicadores digitais representa impacto ambiental positivo, uma vez que promove maior eficiência energética, redução de resíduos eletrônicos, melhor gerenciamento de emergências ambientais e aderência às políticas públicas de sustentabilidade, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e do art. 25, V, da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a análise de vantajosidade demonstra que a solução proposta é tecnicamente superior, juridicamente adequada e economicamente racional, sendo a alternativa mais conveniente ao interesse público. A aquisição garantirá melhor desempenho operacional, maior disponibilidade de rede, redução de riscos operacionais e cibernéticos, além de assegurar a continuidade das comunicações críticas e o atendimento eficiente às demandas da sociedade pernambucana, em consonância com as metas estratégicas do Plano de Segurança Pública do Estado.

Diante do exposto, posiciona-se favoravelmente à aquisição dos radiocomunicadores digitais, por se tratar de medida tecnicamente justificada, juridicamente respaldada e economicamente vantajosa, plenamente compatível com as normas vigentes, as boas práticas de gestão pública e os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e interesse público.

Recife, 29 de novembro de 2025

Servidores responsáveis pela elaboração

Conforme o Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e Art. 6º da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser

elaborado e assinado ao final do mesmo pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC supracitados na seção 3 deste documento e mencionados a seguir.

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA SILVA	ciods.secretaria@sds.pe.gov.br	81-31835180	920506305	Gerência Geral do Centro Integrado de Operações de Defesa Social
PAULO ROBERTO MARQUES DE SOUZA	ncc.ciods@sds.pe.gov.br	81-31835180	105631-0	Núcleo de Contatos e Convênios do CIODS

Assinatura(s)

ALEXANDRE **TAVARES** OLIVEIRA SILVA - CEL RRPM

Gerente Geral do CIODS

Aprovador

PAULO ROBERTO MARQUES DE **SOUZA**

Núcleo de Contatos e Convênios do CIODS

Elaborador

ANEXO D

QUADRO RESUMO

LICITAÇÃO POR ITENS

ITEM DE COTA PRINCIPAL

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
1	509044-0	237591	RADIO TRANSECTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSECTOR FIXO TETRA, UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	75	R\$ 12.322,80	R\$ 924.210,00

ITEM DE COTA RESERVADA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
2	509044-0	237591	RADIO TRANSECTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSECTOR FIXO TETRA, UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	25	R\$ 12.322,80	R\$ 308.070,00

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
3	509045-8	603278	RADIO TRANSECTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSECTOR MOVEL TETRA, UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	75	R\$ 7.609,36	R\$ 570.702,00

ITEM DE COTA PRINCIPAL

ITEM DE COTA RESERVADA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
------	----------------	--------	-----------	-------	------------	-----------------------	-------------

4	509045-8	603278	RADIO TRANSCEPTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR MOVEL TETRA, UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	25	R\$ 7.609,36	R\$ 190.234,00
---	----------	--------	---	------	----	--------------	----------------

ITEM DE COTA PRINCIPAL

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
5	509040-7	613657	RADIO TRANSCEPTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL TETRA UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	1.500	R\$ 4.659,33	R\$6.988.995,00

ITEM DE COTA RESERVADA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
6	509040-7	613657	RADIO TRANSCEPTOR - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTÁTIL TETRA UHF (380- 400MHZ), COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA	Unid	500	R\$ 4.659,33	R\$2.329.665,00

ITEM DE COTA PRINCIPAL

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
7	612029-6	613657	RADIO TRANSCEPTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTATIL TETRA, UHF (380- 400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 1.8W, COM GPS E CRIPTOGRAFIA	Unid	393	R\$ 6.656,76	R\$2.616.106,68

			AEREA, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE E COM SISTEMA ANDROID				
--	--	--	---	--	--	--	--

ITEM DE COTA RESERVADA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
8	612029-6	613657	RADIO TRANSECTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSECTOR PORTATIL TETRA, UHF (380-400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 1.8W, COM GPS E CRIPTOGRAFIA AEREA, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE E COM SISTEMA ANDROID	Unid	131	R\$ 6.656,76	R\$ 872.035,56

ITEM DE COTA PRINCIPAL

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
9	600897-6	613657	RADIO TRANSECTOR - PORTATIL COM LTE - TERMINAL DE RADIO TRANSECTOR PORTATIL TETRA, UHF (380-400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 2.8W, COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA1, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE	Unid	75	R\$ 12.520,00	R\$ 939.000,00

ITEM DE COTA RESERVADA

Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
10	600897-6	613657	RADIO TRANSECTOR - PORTATIL COM LTE -	Unid	25	R\$ 12.520,00	R\$ 313.000,00

			TERMINAL DE RADIO TRANSCEPTOR PORTATIL TETRA, UHF (380- 400MHZ), CLASSE DE POTENCIA MINIMA 2.8W, COM GPS E CRIPTOGRAFIA TEA1, CAPAZ DE OPERAR EM REDES LTE				

PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025
ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025
ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da Secretária de Defesa Social de Pernambuco, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90922/2025**, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de terminais de radiocomunicação digital, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas do órgão participante indicado no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria de Defesa Social, conforme os quantitativos estimados no Termo de referência.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXXXXXXXXXX X	XXX	XXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX X
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX X	XXX	XXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX X
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 09/12/2025, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas venceram itens/lotos espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

- 9.1.1.** Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2.** Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 9.1.3.** Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
- 9.1.4.** Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
- 9.1.5.** Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
- 9.1.6.** Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 9.1.7.** Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8.** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 9.1.9.** Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 10.1.1.** Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

13.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR
DETENTORA DA ATA

PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90922/2025, PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de terminais de radiocomunicação digital, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025, PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DGA-SDS** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 09 (nove) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Executiva de Contratações Públicas

Gerência Geral da Central de Licitações do Estado

Gerência de Licitação de Defesa Social

Pregoeiro 39 - AC 39

LOTE XXXX

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX X	XXX	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XX	XXX	XXXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XX	XXX	XXXXXXXXXXXXX X	XXXXXXXXXX X
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2025, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: XXXX

Fonte: XXXX

Programa de Trabalho: XXXX

Elemento de Despesa: **4.4.90**

Nota de Empenho: XXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 09/12/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos

imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3.2. do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3.1., também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

- IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;
- IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XII. Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação da **CONTRATANTE**;
- XIII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto

do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIV. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XVI. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;

- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TECEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{TX}{100} = 365$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a **CONTRATADA** opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO NONO**.
- d) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, mediante termo circunstanciado de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do **CONTRATO**, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: serviço de instalação/desinstalação, configuração e manutenção dos equipamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe analisar os documentos de capacidade técnica do subcontratado, quando for o caso, e avaliar se ela cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

OBSERVAÇÃO: Se a subcontratação de determinada parcela já foi prevista no edital e o potencial subcontratado já apresentou durante o certame seus atestados de qualificação técnica, cf. art. 67, § 9º, o parágrafo quarto deve adotar a seguinte redação:

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação dos serviços de instalação/desinstalação, configuração e manutenção dos equipamentos.

já foi autorizada pela **CONTRATANTE**, à vista dos atestados de capacidade técnica apresentados e avaliados durante a licitação.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do **CONTRATO**, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No ato da assinatura do presente **CONTRATO**, será exigida a comprovação da implementação do Programa de Integridade, através da apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, nos termos do Decreto Estadual nº 50.365, de 04 de março de 2021, cujos modelos encontram-se disponíveis no sítio da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (<https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-I-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf> e <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-II-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf>), para avaliação das esferas competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** não possua Programa de Integridade implantado no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 17, da Lei Estadual nº 16.722/2019, para as providências cabíveis ao atendimento da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Certificado de Regularidade do Programa de Integridade, emitido pelos órgãos avaliadores, terá validade por 2 (dois) anos, nos termos do art. 9º, da Lei nº 16.722/2012, devendo a **CONTRATADA** renová-lo sempre que expirada a sua validade.

PARÁGRAFO QUARTO: Durante a validade do Certificado de Regularidade, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar os Relatórios de Perfil e de Conformidade atualizados, quando solicitados pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, com intuito de proceder à reavaliação do Programa de Integridade sempre que presentes indícios de atos de fraude e corrupção envolvendo a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: A não comprovação da implementação do Programa de Integridade, nos moldes e prazos estabelecidos nesta **CLÁUSULA**, acarretará a aplicação das sanções administrativas específicas previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta

do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;

e) a vantagem auferida em virtude da infração;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A não apresentação do Programa de Integridade ensejará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) incidente sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, contado a partir do 1º dia útil após decurso do prazo estabelecido no **PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**, limitada ao valor máximo de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não atingimento da pontuação mínima estabelecida no Decreto Estadual nº 50.365/2021 ensejará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia, incidente sobre o valor global atualizado do **CONTRATO**, contado a partir do 1º dia útil após a ciência, pelo representante legal da **CONTRATADA**, da decisão administrativa que declarar a desconformidade do Programa de Integridade, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação de multa nas hipóteses previstas nos **PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO** desta Cláusula afasta a aplicação, pelos mesmos fatos, da penalidade de multa prevista no **PARÁGRAFO QUINTO** da **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**.

PARÁGRAFO QUARTO: O não cumprimento da obrigação de implantar o Programa de Integridade, ou seu cumprimento parcial ou meramente formal, poderá implicar, cumulativamente, na impossibilidade de aditamento contratual, na extinção do contrato por parte da **CONTRATANTE** e na impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

PARÁGRAFO QUINTO: A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula depende de processo administrativo de apuração de responsabilidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as

providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Executiva de Contratações Públicas

Gerência Geral da Central de Licitações do Estado

Gerência de Licitação de Defesa Social

Pregoeiro 39 - AC 39

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

PROCESSO Nº 5233.2025.AC-39.PE.90922.SAD.DAG-SDS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90922/2025

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da XXXXXXXXXXXXX, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

pregoeiro:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de

Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO SOUZA DE MEDEIROS**, 4593898.120101 e matrícula **4593898**, em 17/12/2025, às 12:31.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **49024f3b-3d22-49b7-b9ac-d537af3837df**
